

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

TIPO/Nº: PL 87124

AUTOR: Ver. Fabinho

RELATOR: GLAUBER

DATA: 12/02/2025 Presidente: JUQUINHA

<b>RELATOR</b>	
<b>PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>VISTA AO AUTOR PARA ADEQUAÇÃO:</b>	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
DATA: <u>17/02/2025</u>	
Relator: <u>[Assinatura]</u>	
<p><input type="checkbox"/> O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.</p>	
Relator	em <u>07/05</u> /2025

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p style="text-align: center;"><b>Vereador Juquinha</b></p> <p><input type="checkbox"/> ADMISSÍVEL <input checked="" type="checkbox"/> INADMISSÍVEL</p> <p style="text-align: center;"><u>[Assinatura]</u> <b>Presidente</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Vereador Glauber</b></p> <p><input type="checkbox"/> ADMISSÍVEL <input checked="" type="checkbox"/> INADMISSÍVEL</p> <p style="text-align: center;"><u>[Assinatura]</u> <b>Vice-Presidente</b></p>
<p style="text-align: center;"><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input type="checkbox"/> ADMISSÍVEL <input checked="" type="checkbox"/> INADMISSÍVEL</p> <p style="text-align: center;"><u>[Assinatura]</u> <b>Secretário</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Vereador Lary</b></p> <p><input type="checkbox"/> ADMISSÍVEL <input type="checkbox"/> INADMISSÍVEL</p> <p style="text-align: center;">_____ <b>Membro</b></p>

**Vereadora Regininha**

☐ ADMISSÍVEL  
☒ INADMISSÍVEL

[Assinatura]  
**Membro**

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☐ ADMISSIBILIDADE  
☒ INADMISSIBILIDADE

Câmara Municipal, Rio Grande, 12 de maio de 2025.

[Assinatura]  
**Presidente**

05/07

## PARECER JURÍDICO

PLV: 87/2024

Protocolo: 2266/2024

### I - ANÁLISE PRELIMINAR

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa dos Vereadores Fábio Domingues - Fabinho e José Antônio da Silva - Repolhinho, que *“Regulamenta o Rodeio como atividade da cultura popular e dá outras providências.”*

O processo chega para parecer instruído com as seguintes peças: (1) Projeto, (2) Despacho da Relatoria da CCJ enviando o feito para parecer jurídico.

### II - PARECER

Recebido o feito, este foi prontamente encaminhado para parecer das consultorias externas.

Parecer IGAM:

“Nada obstante, necessário constatar que o texto enviado para análise é um copia e cola da Lei Federal, de abrangência nacional, nº 15.0081, de 17 de outubro de 2024, que “Regulamenta o Rodeio Crioulo como atividade da cultura popular” em todo território brasileiro, **tendo plena aplicabilidade no Município de Rio Grande**. Neste contexto, diante da vigência de norma válida com exatamente o mesmo texto da proposição analisada, tem-se por inviável juridicamente o projeto de lei nº 87/2024, pois sua eventual positivação em lei a sobreposição de normas jurídicas acerca do mesmo tema, inclusive com provocação conflito de competência entre os entes federados.”  
(grifo nosso)

Parecer DPM:

“Portanto, não obstante a matéria afeta ao patrimônio cultural imaterial seja passível de proposição parlamentar, **o conteúdo dos arts. 3º ao 12 da proposição dispõem sobre matéria de competência administrativa, que em virtude do princípio da separação dos poderes compete ao Poder Executivo disciplinar**, não sendo viável a iniciativa legislativa parlamentar.”  
(grifo nosso)

### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, a fim de evitar tautologia desnecessária, a Consultoria desta Casa adere aos pareceres exarados, **opinando - respeitosamente - pela inviabilidade** do presente projeto de lei em comento, nos termos do acima exposto.

Rio Grande, 12 de março de 2025.